



FLORESTAN FERNANDES

## ARREIMATE DE UMA REFLEXÃO: A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL DE FLORESTAN FERNANDES

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

Nenhum autor foi tão exemplar do processo de formação da Sociologia Moderna no Brasil quanto Florestan Fernandes. Os atributos multifacetados da sua formação, o escopo do seu empreendimento e a sua ativa participação na esfera pública brasileira conferem-lhe lugar destacado no nosso panorama intelectual. Simultaneamente, preocupou-se em construir a legitimidade disciplinar, para a qual devotou trabalhos de caráter teórico-metodológico mas combinados à investigação rigorosa, revelando o perfil variegado da sua produção.

Florestan encerrou a expressão mais acabada da institucionalização da sociolo-

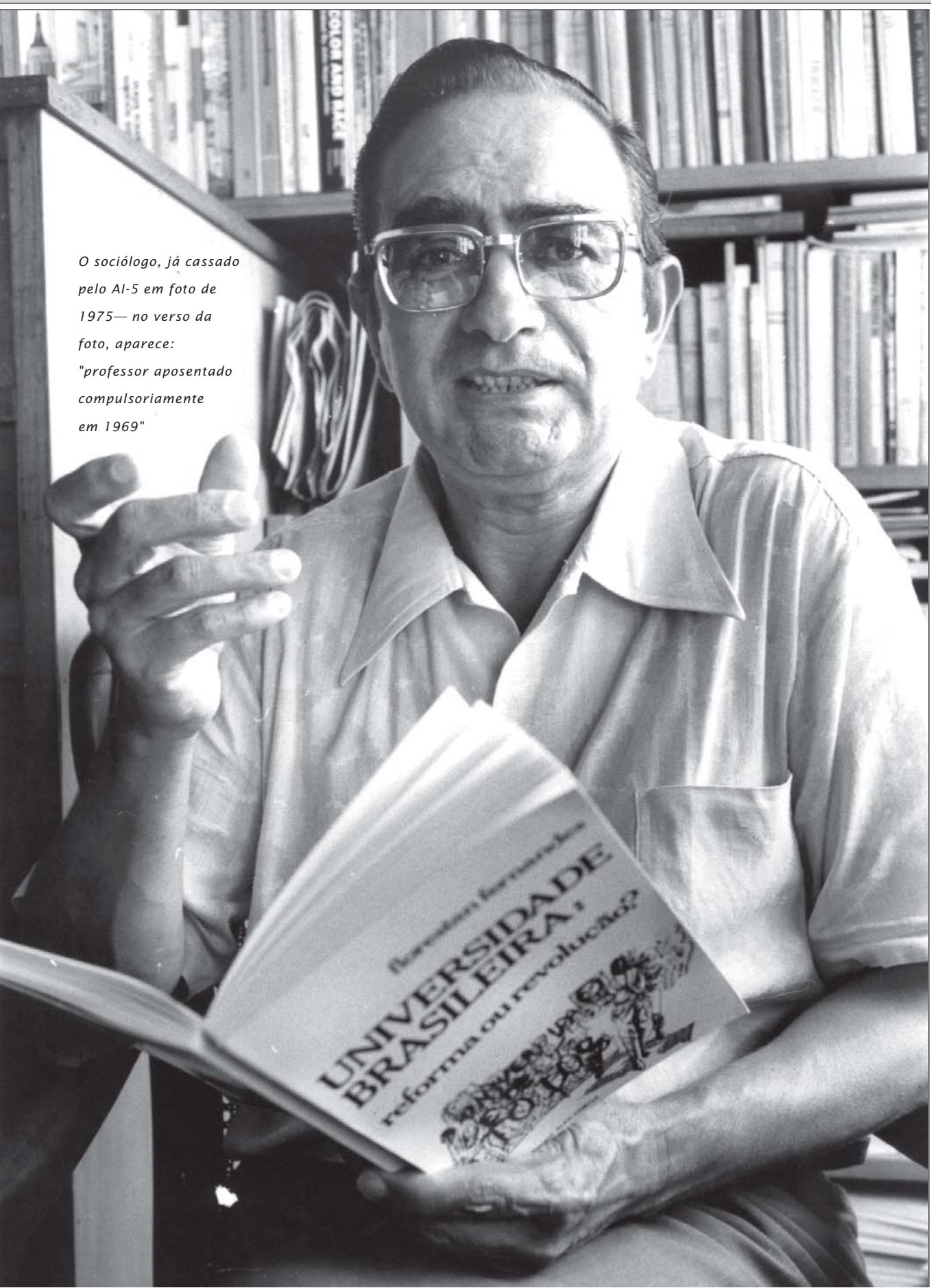
gia de face acadêmica e de cunho profissional mas, ao mesmo tempo, inextricavelmente ligada à problemática da realização do capitalismo no Brasil. A sociologia por ele elaborada dirigiu-se à apreensão das nossas particularidades, enraizada numa concepção crítica e perscrutadora de tendências futuras. No interior das suas análises dedicadas à compreensão da dinâmica histórica da sociedade brasileira, a reflexão sobre a revolução burguesa é paradigmática e, na nossa opinião, encontra-se no rol das grandes obras de interpretação do país.

O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* é

fundamental, concomitantemente, para elucidar o percurso do sociólogo (1).

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA  
é professora da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da USP.

*O sociólogo, já cassado pelo AI-5 em foto de 1975— no verso da foto, aparece: "professor aposentado compulsoriamente em 1969"*



Obra de grande vulto, voltada à análise do processo histórico de formação da sociedade burguesa no Brasil, desde a Independência até o golpe militar de 1964. Esse texto, repleto de nuances, introduziu nítida clivagem no âmbito do pensamento do autor, ruptura esta manifesta no próprio corpo da análise. Escrito entre 1966 e 1974, encerra uma interrupção no processo de feitura, de cerca de três anos, período no qual Florestan lecionou na Universidade de Toronto. O autor, de saída, explica o modo como percebe o seu empreendimento:

“É preciso que o leitor entenda que não projetava fazer obra de ‘Sociologia acadêmica’. Ao contrário, pretendia, na linguagem mais simples possível, resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever se não fosse sociólogo. Mas que não põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante” (2).

Apesar das intenções declaradas do autor, o livro não escapa, integralmente, de ser um exercício acadêmico de interpretação, em que as peculiaridades desse estilo encontram-se sobejamente presentes. Perquirindo o significado para a realidade brasileira das noções de “burguês”, “burguesia” e “revolução burguesa”, procura “estabelecer preliminarmente certas questões de alcance heurístico” (3). O problema decisivo da obra põe-se na discussão da especificidade da construção da sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil, vistas no prisma da formação da racionalidade burguesa, da mentalidade burguesa, isto é, de uma ética do “ganho”, do “lucro” e do “risco calculado” (4). Vale dizer, da gênese da sociedade moderna no Brasil e do desenvolvimento da sociedade de classes, questões que perpassam a primeira parte dedicada ao estudo do processo da Independência e do desencadeamento da revolução burguesa. Para o tratamento desse período formador, o autor passa em revista o universo valorativo orientador das ações dos agentes envolvidos, apontando para o fato de que a

mentalidade econômica, na colônia, “estava sujeita a uma distorção inevitável” (5). Naturalmente, a análise põe em tela dimensões psicossociais, para a caracterização do “espírito burguês”.

Por isso, a construção da sociedade nacional, a partir da Independência e do liberalismo como doutrina de ação das “elites nativas”, é crucial, pois é possível, daí, vislumbrar a emergência de novos valores orientadores da ação. Em outros termos, o liberalismo produz “formas de poder especificamente políticas e organizadas lucrativamente” e, para uma parte da sociedade, exige a “livre competição” (6). Emergia, então, “uma área na qual o ‘sistema competitivo’ pode coexistir e chocar-se com o ‘sistema estamental’” (7). O liberalismo estava na base do nascimento e estruturação da sociedade nacional, mas, ao mesclar-se com componentes da história passada, nem sempre os conseguiu sobrepujar (8). Aí, a especificidade da formação histórica brasileira ganha relevo, o que lhe permite discutir a problemática da nossa revolução burguesa. Na sua acepção,

“trata-se... de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o ‘burguês’ e a ‘revolução burguesa’ aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em revolução burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (9).

Centrada na dinâmica social dos agentes, a reflexão procura entender “a formação do

1 Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

2 Idem, *ibidem*, pp. 9-10.

3 Idem, *ibidem*, p. 15.

4 O autor vale-se das categorias de Sombart. Cf. Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 16.

5 Idem, *ibidem*, p. 25.

6 Idem, *ibidem*, p. 48.

7 Idem, *ibidem*, p. 48.

8 Cf. idem, *ibidem*, p. 39. Florestan Fernandes apóia a sua análise das dimensões ideológicas e utópicas do liberalismo em Karl Mannheim.

9 Idem, *ibidem*, p. 20.

chamado ‘Brasil moderno’, floração cultural da silenciosa revolução socioeconômica, em que aquela revolução política iria desdobrar-se, lentamente, ao longo do tempo” (10). Em suma, a análise procura recuperar a gênese dessa identidade problemática, que está no coração da história brasileira, cuja combinação de elementos díspares responde pela nossa particularidade.

A segunda parte do livro – “A Formação da Ordem Social Competitiva” – é um fragmento. Como o próprio título alude, o autor dedica-se a entender a formação da ordem social competitiva em países de formação colonial como o Brasil. “Nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica” (11). Novamente, aqui, Florestan localiza o problema da nossa história na incapacidade, ou impossibilidade, de superar os princípios inerentes à ordem social anterior. As noções de capitalismo dependente e ordem social competitiva estruturam a análise, permitindo-lhe compreender os limites do “estilo competitivo de vida social” e da “mentalidade econômica racional”. O problema que se põe é detectar o agente social que melhor encarna a condição burguesa de vida. Uma burguesia mercantil urbana, denominada “estamento social intermediário” (12), expressava os novos valores sociais, mas, apesar disso, não pôde, ou não foi capaz, de romper o círculo poderoso advindo do passado.

“Aqui, cumpre ressaltar, em especial, a estreita vinculação que se estabeleceu, geneticamente, entre interesses e valores sociais substancialmente conservadores (ou, em outras terminologias: particularistas e elitistas) e a constituição da ordem social competitiva. Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeira de ferro. Se a competição concorreu, em um momento his-

tórico, para acelerar a decadência e o colapso da sociedade de castas e estamentos, em outro momento ela irá acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’” (13).

Visto que as atividades comerciais, voltadas ao mercado interno e de cunho capitalista, não foram capazes de se desconectar da lógica que presidia o movimento do passado, os seus agentes assinalaram os mesmos critérios estamentais da ordem escravista, desenhando um estilo de vida semelhante ao da aristocracia agrária (14). O produto final reflete uma sociedade cujos bloqueios impediram a emergência plena da ordem social competitiva e dos critérios inerentes a uma estrutura de classes, com visíveis e danosas consequências para a construção de “relações sociais superiores” (15).

Na terceira parte – “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente” – é discutida a gênese da forma de acumulação capitalista dependente e a especificidade da sua realização. Florestan reitera a particularidade da estrutura de classes, do mundo burguês e da burguesia no Brasil. Incapaz de autonomizar-se da oligarquia e de realizar as tarefas típicas da sua congênere européia, como a criação da nação, e de tornar-se o agente fundamental das transformações, a burguesia brasileira vivenciou o dilema histórico da sua situação de classe. Amalgamou-se a forças sociais retrógradas e não foi capaz de implementar a liberal-democracia; o Estado foi a espinha dorsal das mudanças, pois a classe burguesa não deslança o processo de industrialização. Por tudo isso,

“o capitalismo dependente é, por sua própria natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amassecas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como

10 Idem, *ibidem*, p. 71.

11 Idem, *ibidem*, p. 149.

12 Cf. idem, *ibidem*, p. 160.

13 Idem, *ibidem*, pp. 167-8.

14 Cf. idem, *ibidem*, p. 183.

15 Cf. idem, *ibidem*, pp. 196-7.

conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (16).

Os impasses da burguesia são as encruzilhadas de uma história dependente dos centros hegemônicos, cujas forças internas não são capazes de romper os liames externos. A ordem capitalista esbarra na ingerência de fora, dados os seus padrões diversos de desenvolvimento que produzem, por sua vez, uma solidariedade composta por contrários. É por esse motivo que a análise da “revolução burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês, que se localiza na era atual e emerge como conseqüência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista” (17). E a partir desse momento, as clivagens manifestam-se com toda a contundência. Rupturas que dizem respeito ao andamento da análise e das categorias que a informam. Os dois últimos capítulos – “Natureza e Etapas do Desenvolvimento Capitalista” e “O Modelo Autocrático-burguês de Transformação Capitalista” – são elucidativos dessas mudanças.

Do ponto de vista analítico, Florestan passa a trabalhar, predominantemente, com a noção de padrão de acumulação e com a teoria do imperialismo, numa clara assimilação de uma vertente do marxismo e num diálogo nítido com a economia. A discussão, desse modo, adquire caráter crescentemente politizado. O drama do mundo burguês, no Brasil, lastreia-se na realidade de uma “industrialização intensiva, mantidos o subdesenvolvimento interno e a dominação imperialista externa” (18). Do ângulo político, assiste-se ao “modelo autocrático burguês de transformação capitalista” (19), referendado pelo golpe político de 1964. Em relação ao período histórico anterior, “passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida” (20). Uma vez que a burguesia brasileira não conciliou revolução econômica e revolução nacional, o Estado cumpriu o papel de elo econômico, minimizando o seu significado político abrangente, a conexão entre a classe e o poder público se concretizando.

“O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses ‘gerais’ ou ‘reais’ da Nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional” (21). É no interior dessa lógica que o autor conclui:

“No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo” (22).

A estrutura dessa obra encerra o ponto de viragem da reflexão de Florestan Fernandes. De um lado, o livro configura uma ruptura entre o aparato conceitual e a orientação teórica utilizados, visíveis na passagem da primeira parte para a terceira; de outro, o tom da interpretação também muda. É significativo que a junção entre essas duas partes se dá através de um capítulo (segunda parte) denominado pelo autor de “fragmento”. Essa seção parece solta no corpo do trabalho, como se estivesse deslocada, como se rompesse a estrutura da análise. Ela desempenha, todavia, uma função relevante no interior do texto, pois realiza, na verdade, a ligação entre os capítulos iniciais e finais; é, em suma, o elo da passagem. Quando se olha o fio condutor da interpretação da primeira parte, vê-se que predominam as noções de racionalismo econômico, de “consecução de fins racionais”, enfim, da ação e orientação da ação. A dimensão da política é trabalhada no prisma da oposição entre autoridade (*domus*) e ordem legal. O par comunidade-sociedade também desempenha papel significativo na reflexão, pois serve à construção da relação entre tradicional e moderno. Concomitantemente, o autor caracteriza a estrutura social, segundo uma terminologia weberiana, nos termos dos estilos de vida, das relações estamentais e de castas. A partir da situação de mercado opera com o conceito de classes sociais, caracterizando os enfrentamentos dos agentes, no sen-

16 Idem, *ibidem*, p. 214.

17 Idem, *ibidem*, p. 215.

18 Idem, *ibidem*, p. 318.

19 Idem, *ibidem*, p. 321.

20 Idem, *ibidem*, p. 342.

21 Idem, *ibidem*, p. 346.

22 Idem, *ibidem*, p. 366.

23 Idem, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, p. 94. Nesse livro, publicado em 1973, Florestan desenvolve a noção de ordem social competitiva, além de outras idéias importantes à compreensão de *A Revolução Burguesa no Brasil*.

24 Idem, *ibidem*, p. 95.

25 Cf. idem, *ibidem*, pp. 63, 69, 81.

26 Idem, *ibidem*, p. 75.

27 Cf. idem, *ibidem*, p. 93.

28 Cabe, aqui, estabelecer uma analogia com a noção de mercado em Max Weber, esfera onde se constituem as relações societárias

tido de criar posições diferenciadas. É na situação de mercado, entendida por essa via, que se localiza a gênese e o desenvolvimento da ordem social competitiva, noção central da obra. Se a situação de classe produz estilos de vida, isto é, a condição do mercado redesenha o plano do social, a ordem social competitiva “é a ordem da ‘sociedade aquisitiva’; ou da ‘civilização burguesa’” (23). No seu entendimento, a noção adquire um hibridismo do ponto de vista teórico, ao combinar a tradição weberiana e marxista: “essa configuração da ordem social competitiva constitui um produto das funções classificadoras do mercado e estratificadoras do sistema de produção” (24). Vale dizer, a situação de mercado entrecruza-se com critérios forjados no âmbito da produção. Numa análise marxista clássica, o mercado é a aparência de momentos anteriores e, nesse sentido, é determinado pelos mecanismos da produção. É no interior da ordem social competitiva que as classificações positivas e negativas ocorrem, análise de clara inspiração em Max Weber (25). Ao mesclar as duas tradições, acentuando a sociologia compreensiva, Florestan pôde formular uma questão fundamental para o entendimento do capitalismo no Brasil: a da persistência “de três padrões

distintos de desenvolvimento econômico, social e cultural, cada um comportando, por sua vez, padrões correspondentes de funcionamento e de crescimento da economia, da sociedade e da cultura” (26). Por isso, a ordem social competitiva, em sociedades capitalistas como a brasileira, é fluída, do ponto de vista das diferenças e solidariedade de classes, além de diversificar aspirações e valores sociais (27).

No livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, a noção de ordem social competitiva institui, propriamente, o plano do social (28). Aí, ocorrem o funcionamento e a diferencia-



Dois momentos acadêmicos: acima, Florestan e Gilberto Freyre em Münster, Alemanha, 1967; ao lado, 1948, Florestan Fernandes recebe o prêmio Fábio Prado — da esquerda para a direita: Dona Miriam Fernandes, Florestan, Herbert Baldus, Fernando de Azevedo, Milton da Silva Rodrigues, Aroldo de Azevedo (atrás, de óculos) e Emilio Willems

ção do sistema produtivo e as suas modalidades de adaptação às potencialidades econômicas e socioculturais. As formas de integração e de afastamento entre essas dimensões respondem pela historicidade, ao produzirem padrões típicos de estruturação. No caso do capitalismo dependente, a particularidade dessa relação impediu o florescimento da ordem social competitiva, isto é, de posições sociais e de condutas orientadas segundo os padrões correntes do “capitalismo como estilo de vida” (29). Nessa linha de pensamento, outras identificações são pertinentes, conferindo originalidade à análise realizada pelo autor, a saber, a da forte presença do estrutural funcionalismo. Ou seja, a compreensão da sociedade capitalista dependente é feita levando-se em conta certos modos especiais de estruturação das posições sociais no sistema. Nesse passo, o *constructo* parsoniano emerge com contundência, através do privilegiamento dos *status*-papéis que engendram inovações e atribuem novos significados à conduta, ou, então, assimilam orientações de outros posicionamentos. Quando analisa a ação econômica do imigrante, enquanto modo de expressão de uma mentalidade, mostra as hesitações desses agentes, por causa da inexistência de um sentido capitalista institucionalizado. Conseqüentemente, as escolhas racionais derivavam “dos fins e dos meios do agente econômico considerado individualmente, e em condições que privavam tanto a ordem senhorial quanto a ordem competitiva de intervirem regularmente de maneiras positivas ou negativas (ou seja, estimulantes ou restritivas) na graduação societária de seus amigos e fins econômicos” (30). Em suma, a análise estrutura-se a partir das categorias centrais acima referidas.

O tom da interpretação da terceira seção do livro, se não abandona as noções fundamentais que tecem a primeira parte, sofre uma inflexão. Nos últimos capítulos, Florestan passa a pensar a dinâmica do capitalismo brasileiro com referência ao padrão de acumulação e ao imperialismo, uma vez que o crescimento interno faz-se, em larga medida, sob os influxos externos. Daí afirmar que no “capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total” (31). Em outras

palavras, a ação do imperialismo limita o desenvolvimento da ordem capitalista no país, uma vez que impõe a convivência de padrões diferenciados de desenvolvimento. A combinação de elementos históricos díspares oferece a especificidade desse capitalismo que, mesmo na fase monopolista, “terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas. Não poderá iluminá-las por completo, pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia” (32). Nesse universo, precisa-se a revolução burguesa no Brasil, enquanto um modo de combinação singular de formas não homólogas e como um processo que envolve agentes modernizadores, mas cujo raio de ação limita-se a certas esferas da vida social, sem a capacidade de atingir o conjunto da sociedade. Por isso, a revolução burguesa ocorre na medida em que se institui o “regime de classes sociais”, vale dizer, a sociedade de classes, mas exclui os componentes políticos e socioculturais característicos do processo na sua “vertente clássica”. Daí o caráter autocrático e autoritário da “dominação burguesa no Brasil” (33). Dessa forma, depreende o papel da burguesia como agente modernizador que, na realidade, limita-se ao âmbito exclusivamente econômico-empresarial e atrela-se à dominação burguesa, que se associa a procedimentos autocráticos que marcam nitidamente sua fase contemporânea (34). Esse processo típico de transformação capitalista na periferia construiria, então, o caminho autoritário dessas sociedades (35). A análise das mudanças políticas envolve os entraves estruturais presentes no desenvolvimento do capitalismo periférico, aproximando as suas reflexões de uma determinada concepção do materialismo histórico. Apesar disso, não se abandonou integralmente os princípios e categorias correntes na primeira parte. Para o autor, essas peculiaridades históricas “culminaram em processos de auto-afirmação e de autoprivilegiamento das classes e estratos de classe burgueses que em nada contribuíram, positivamente, para a diferenciação e a reintegração da ordem social competitiva vigen-

29 Expressão utilizada por Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., p. 146.

30 Idem, *ibidem*, pp. 136-7.

31 Idem, *ibidem*, p. 274.

32 Idem, *ibidem*, p. 269.

33 Ver capítulo 7 da obra.

34 José Albertino Rodrigues, “Uma Síntese Original”, in Maria Angela D’Incao (org.), *O Saber Militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 233.

35 Para Paulo Roberto de Almeida, Florestan parece querer “provar... a ‘tese’ do autoritarismo inerente às burguesias periféricas”. “O Paradigma Perdido”, *idem*, p. 219.

te. Ao contrário, eles fortaleceram processos que sociólogos como Max Weber considerariam negativos para a consolidação e ulterior desenvolvimento dessa ordem; ou que sociólogos positivistas como Durkheim e os especialistas em sociologia aplicada norte-americanos qualificariam como ‘patológicos’ ou ‘sociopáticos’” (36). Em síntese, a tendência em acentuar, na terceira parte do livro, as contribuições do marxismo não faz da obra um modelo de análise materialista histórica (37). A grande originalidade reside, segundo nossa opinião, na combinação de tradições teórico-metodológicas diversas, que resultam numa interpretação densa, de grande magnitude, tornando esse texto altamente fecundo e inovador à compreensão da sociedade brasileira (38). Ou, em outros termos, não se trata de assimilação indiferenciada das contribuições, mas do estabelecimento de uma síntese própria capaz de render frutos no processo de interpretação, permitindo ao autor chegar a conclusões originais. Talvez porque “em Florestan o que importa fundamentalmente são os procedimentos de análise da realidade, os modos de se enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico... As questões metodológicas subordinam a si as questões propriamente teóricas da construção dos grandes arcabouços conceituais” (39). Independentemente dos procedimentos adotados, o resultado é elevadamente profícuo. Florestan Fernandes consegue nesse texto, provavelmente mais do que em outros, elucidar as relações contraditórias subjacentes a uma totalidade composta de elementos em si mesmos diversos. E aí aproxima-se de sugestões presentes em obras como *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, pois, no prefácio da obra, Antonio Candido chama a atenção para essa capacidade do autor em romper uma visão dicotômica e trabalhar dialeticamente com as oposições (40).

Em ambos, a mesma presença dessa identidade problemática, de difícil enquadramento, restritiva quanto à realização dos processos mais típicos. Nesse terreno, aliás, formou uma maneira de interpretar a sociedade brasileira e que marcou a obra dos seus discípulos. Fernando Henrique Cardoso constrói, em larga medida, uma análise

permeada por essas relações complexas (41). Quando caracteriza os produtores coloniais, denomina-os “capitalistas” mas num sentido muito preciso e bem distinto do que se atribui à burguesia agrária européia, pois eram também senhores. Sua especificidade e caráter contraditório resultam do modo... pelo qual se inseriam no sistema capitalista mundial. Demônios bifrontes, se se quiser, duplamente contraditórios, excrescências necessárias para o avanço, no centro do sistema, da acumulação e da potenciação das forças produtivas; entraves estruturais para a etapa seguinte do desenvolvimento gerado pela acumulação que eles próprios em parte propiciaram” (42). Na presença de reflexões dessa ordem, é possível caracterizar uma “escola paulista de Sociologia”.

O caráter original da obra de Florestan Fernandes manifesta-se, além do mais, na forma como tratou os temas. Do ângulo da pesquisa, predomina material histórico, mas que se combina com modalidades de investigação de natureza vária. No trabalho *Branços e Negros em São Paulo*, realizado em parceria com Roger Bastide, dados quantitativos convivem com as histórias de vida e com documentos históricos. O mesmo é válido para a tese de cátedra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Por essa razão, podemos afirmar que o sociólogo aliou uma sólida formação teórica a técnicas diversas de pesquisa. Nos textos em que o material histórico é exclusivo, a forma de explicação é tipicamente sociológica, demonstrando as diferenças no estilo de exposição do sociólogo e do historiador. O próprio Florestan explica essas distinções: “de modo a impedir que a descrição sociológica se confundisse com a explanação histórica propriamente dita: ela não lida com ocorrências ordenadas no tempo, mas com leis que explicam a ordenação de tais ocorrências” (43). A noção de lei, se distingue a sociologia da historiografia, também constrói uma disciplina de qualidade superior, dado o estatuto de ciência. Em larga medida, essas oposições, estabelecidas por Florestan, prendem-se à superioridade, atribuída por ele, da sociologia. Todo o seu empreendimento fica ininteligível, caso não se considere a importância que ele confere ao

36 Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., p. 356.

37 Carlos Águedo N. Paiva constrói uma interpretação da obra de Florestan nessa vertente: *Capitalismo Dependente e (contra) “Revolução Burguesa no Brasil”*: um Estudo sobre a Obra de Florestan Fernandes, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1991.

38 Gabriel Cohn chama a atenção para a particularidade do ecletismo na obra de Florestan. “O Ecletismo bem Temperado”, in *O Saber Militante*, op. cit., pp. 48-53.

39 Idem, ibidem, p. 49.

40 Cf. Antonio Candido, “Prefácio”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 4ª ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963.

41 A esse respeito: Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

42 Idem, “Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas”, in *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 111.

43 Florestan Fernandes, *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, 3ª ed., São Paulo, Pioneira, 1976, p. 27.



modo de interpretação do sociólogo. A noção de “ordem social competitiva”, por exemplo, resulta, na opinião de Gabriel Cohn, “não apenas das suas concepções metodológicas fundamentais, mas também da modalidade da sua inserção intelectual no âmbito das Ciências Sociais, quando visa dar conta de aspectos fundamentais da sociedade por um viés específico, que é o viés do sociólogo, diferente do viés do político, do economista, do historiador” (44). E, de fato, a interpretação sociológica afasta-se, substancialmente, da análise em história, pois a ênfase nas relações sociais introduz o primado das configurações abrangentes, da busca de conexões gerais. As distâncias entre sociologia e história eram maiores, no período, uma vez que essa última se encontrava, predominantemente, preocupada com a história política durante os anos 50 (45). Diversamente, os cientistas sociais, ao elaborarem trabalhos a partir de material histórico, centravam as reflexões nos problemas da estrutura e da organização social: classes, estamentos, castas, relações raciais, etc. O objetivo último era compreender os mecanismos dos processos de mudança, as especificidades da sociedade urbano-industrial (46), de cuja tradição dimanam os trabalhos subsequentes sobre o desenvolvimento e a teoria da dependência, envolvidos num claro debate com as idéias cepalinas (47). Nesse sentido, esses sociólogos vocalizam os problemas emergentes do Brasil de então, estabelecendo um diálogo com a tradição intelectual brasileira.

O relacionamento com a tradição explicitava-se na idéia da gênese da sociedade. Melhor dizendo, articulavam as noções de fundamento e de formação, para entender as nossas especificidades e os impasses do processo de mudança. Por isso, trabalham em outro patamar e de um modo muito próprio a noção da identidade brasileira. Se a forma de entendê-la é diversa, através de trabalhos monográficos e não de ensaios e buscando o rigor conceitual no interior de uma disciplina determinada, o tema a ser enfrentado é semelhante. “É, geralmente, sabido que, apesar do livre fluir das idéias por sobre as fronteiras políticas, determinados temas reaparecem só no pensamento organizado de cada país” (48).

Esses sociólogos enfrentavam, de outro modo, problemas semelhantes aos dos chamados intérpretes do Brasil dos anos 30. Possivelmente, o livro exemplar da idéia de formação seja *Os Sertões* de Euclides da Cunha, onde parte-se da geologia. Dentre os autores da geração de Florestan Fernandes, talvez o mais próximo da tradição seja Antonio Candido, com a notável *Formação da Literatura Brasileira*. Há grande reinvenção e um quê de persistência na obra de Florestan Fernandes. Ao caminhar, de alguma maneira, na mesma senda, está dialogando com trabalhos anteriores. “É como se a partir de certas crises, rupturas, ou mesmo revoluções, as interpretações conhecidas envelhecessem. Podem ser substituídas por outras; ou as antigas são recriadas parecendo originais. Mas não há dúvida de que quando se rompem um pouco, ou muito, os vínculos entre o passado e o presente, este é levado a pensar o novo, novamente” (49). E o novo a sociologia produzida por Florestan buscou contemplar: a emergência de atores sociais recentes e, com eles, o aparecimento das camadas subalternas. Empresários, negros, índios, operários, imigrantes, os desclassificados em geral adentram o panorama da sociologia brasileira. A persistência manifesta-se, de um lado, na incessante busca das especificidades da sociedade brasileira e, de outro, nos desdobramentos que reflexões dessa natureza contêm, qual sejam, os referentes à problemática de uma identidade particular, recorrente no pensamento social brasileiro.

Na visão de Florestan Fernandes, a maneira de captar as particularidades da estratificação social no Brasil reside no emprego simultâneo dos conceitos de casta, de estamento e de classe. O aperfeiçoamento da categorização exige, segundo a opinião do autor, aprofundar as investigações empíricas, no sentido de “uma melhor exploração das teorias existentes sobre as sociedades estratificadas e, em particular, para suscitar um quadro teórico integrativo, capaz de render conta da complexa situação brasileira” (50). Por isso, acaba optando pelo uso concomitante dessas categorias, diferenciando-as no bojo da análise. Ao tratar da sociedade do século XIX em seu conjunto caracte-

44 Gabriel Cohn, op. cit., pp. 50-1.

45 Cf. Gláucia Villas Boas, *Visões do Passado (Comentários sobre as Ciências Sociais no Brasil de 1945 a 1964)*, trabalho apresentado ao G.T. Pensamento Social no Brasil, XI Encontro Anual da Anpocs, Águas de S. Pedro, 1987, p. 21.

46 Cf. idem, ibidem, p. 14.

47 Cf. Fernando Henrique Cardoso e Faletto Enzo, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difel, 1969.

48 Karl Mannheim, *Ensayos de Sociología de la Cultura. Hacia una Sociología del Espíritu el Problema de la "Inteligentsia", la Democracia en la Cultura*, 2ª ed., Madrid, Aguilar, 1963, p. 49.

49 Octávio Ianni, *A Idéia do Brasil Moderno*, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 7.

50 Florestan Fernandes, *Circuito Fechado*, São Paulo, Hucitec, 1976, p. 34.

riza-a a partir das noções de estamento e de casta. Estamental na apreensão dos senhores rurais; regime de castas quando se refere à relação com os escravos. A forma de dominação política é patrimonial-estamental. As frações dirigentes são as elites. À categoria classes confere utilização livre, servindo tanto para analisar camadas sociais, sem pretensões diferenciadoras, quanto as relações sociais baseadas no trabalho assalariado (51). A incorporação híbrida das categorias analíticas surge discriminada, portanto, quer por natureza do discurso (descritivo, analítico), quer ainda pela exclusividade das camadas sociais (senhores, frações dirigentes, escravos), ou pela natureza do vínculo que as une.

Por essa via, é possível estabelecer as conexões entre a produção de Florestan, a tradição intelectual brasileira e as questões suscitadas pelo momento social, sabendo que tais correlações jamais são imediatas, ou que possa ocorrer identidade simples entre obra e classe ou determinantes de vária natureza (52). De um lado, havia uma sintonia apurada entre o trabalho do sociólogo e o processo de transformação da sociedade brasileira. De outro, a própria existência do tipo de reflexão e da carreira que desenvolveu eram sintomas de mudança. No prefácio do seu livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan precisa essas idéias:

“A escolha de São Paulo como unidade da investigação explica-se naturalmente. Ela não só é a comunidade que apresenta um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo quanto à elaboração socioeconômica do regime de classes. É, também, a cidade brasileira na qual a *revolução burguesa* se processou com maior vitalidade, segundo a norma do *trabalho livre*, na *Pátria livre*. Além disso, em virtude de peculiaridades histórico-sociais, nela o ‘negro’ só adquire importância econômica real tardiamente e sofre, em condições sumamente adversas, os efeitos concorrenciais da substituição populacional” (53).

As noções de classe social, de exclusão e de mudança do padrão societário acham-se aí

presentes. Vale dizer, subjaz a imagem de modernidade travada, ou da persistência do arcaico no novo.

Nesse andamento de análise, outras relações poderiam ser aventadas. Interessante notar que o nascimento da sociologia nos países capitalistas avançados conecta-se à modernidade, mas a um processo que, efetivamente, se realiza. No caso brasileiro, a sociologia liga-se ao bloqueio do moderno, aos impasses do movimento e, por aí, pode, inclusive, comportar a crítica da modernização (54). Quer dizer, os entraves e a marcante exclusão social propiciam a emergência de posturas céticas; talvez, por esse motivo, o marxismo tenha ganhado corpo na sociologia paulista. Diferentemente do Iseb, onde, pelo menos na primeira fase, a aposta no desenvolvimento nacional fora a tônica, a sociologia paulista exercitou uma postura de distanciamento frente ao clima de otimismo que permeou a sociedade brasileira, a partir de meados dos anos 50. É significativo, de outro lado, que os isebianos se reconheciam como formuladores de uma consciência crítica da realidade, sem a qual não haveria desenvolvimento (55). Evidentemente, estamos no terreno de compreensão discrepante a respeito da visão crítica, porque foi construída segundo pressupostos diversos.

Nos pressupostos da sociologia de Florestan Fernandes encontra-se presente a tensão entre o conhecimento rigoroso e as imposições de natureza prática. “Aliás, é dele a idéia de que, na impossibilidade da experimentação nas Ciências Sociais, a verificação da validade do conhecimento sociológico se dá na prática” (56). Ao exigir a prova da realidade como critério decisivo do julgamento, constrói uma sociologia engajada, na qual as suas posições alojam-se no “cerne mesmo da sua obra, no interior das suas construções metodológicas, no interior da sua incorporação das aquisições teóricas e, portanto, está no interior de seus próprios esquemas analíticos” (57). O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* encerra esses dilemas e arremata, finalmente, todo um processo de reflexão sobre a sociedade brasileira.

51 A análise respalda-se principalmente em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (São Paulo, Nacional, 1968).

52 Cf. Raymond Williams, *Cultura e Sociedade*, São Paulo, Nacional, 1969, especialmente p. 330.

53 Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*, São Paulo, Dominus, 1965, p. XII.

54 Devo a Fernando Novais a idéia da relação entre modernização e pensamento sociológico.

55 Cf. Caio Navarro Toledo, *ISEB: Fábrica de Ideologia*, São Paulo, Ática, 1977, especialmente pp. 34-9.

56 José de Souza Martins, “O Professor Florestan Fernandes e Nós”, in *Tempo Social*, 7 (1-2), São Paulo, Universidade de São Paulo, outubro de 1995, p. 185.

57 Gabriel Cohn, op. cit., p. 53.